



PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO
Relatório de Atividades e Contas – Exercício 2018

Em obediência ao previsto nas alíneas a), b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 12 de Março de 2019, pelas dezoito horas, na sala de reuniões da Santa casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como primeiro ponto da sua ordem de trabalhos, analisar e emitir parecer sobre o relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2018.

Analisado e discutido o referido documento, bem como obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos que, em relação às atividades desenvolvidas, foi possível verificar a concretização, na generalidade, dos objetivos a que a Mesa se propôs atingir, nomeadamente:

Requalificação de espaços; Reforço das parcerias com Setor Estado e outras entidades do Setor Solidário; Promoção, preservação e valorização da Mata das Misericórdias; Formação interna / externa dos colaboradores; Procurar dar início trabalhos Remodelação Hospital Condessa das Canas; Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho; Manutenção de oferta Cultural e Artística; Promoção da Sustentabilidade da Misericórdia e Valorização do seu Património.

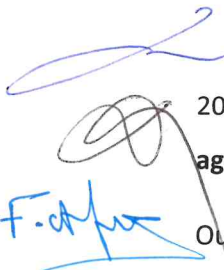
No campo da execução económico-financeira, o Conselho Fiscal constatou a manutenção das dificuldades de tesouraria, suscitadas, em grande medida, pelos **atrasos nos pagamentos devidos por entidades públicas, mas de igual modo pelos utentes**, factos que limitam a atuação da Instituição, exigindo um esforço permanente e suplementar para a concretização das suas metas.

De igual modo, a área da cooperação com a Segurança Social, deu nota de atrasos nos pagamentos, designadamente com a execução do programa das Cantinas Sociais, da Rede Local de Intervenção Social (RLIS) e do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAMPC), neste último caso não tendo sido processadas as verbas referentes às ações de acompanhamento dos beneficiários.

Importa recordar, que a **atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN)**, cujo crescimento entre 2017 e 2019 foi de **12,5%**, **não teve igual correspondência no nível de participação do Setor Estado** no âmbito da cooperação.

A **atualização dos Acordos de Cooperação**, entre 2017 e 2018, **não foi além de 4,3%**.

Não esquecer ainda, que no campo da saúde, outra das áreas chave da Misericórdia, **não se verificou qualquer atualização aos níveis de participação do Estado**, embora essa estivesse prevista para



2018 num montante de 2,2% (RNCCI), mas que nunca veio a suceder, **contribuindo dessa forma para agravar a falta de liquidez da Instituição.**

Ou seja, a Instituição **não recebeu**, por via dessa (não) atualização prevista para 2018, qualquer coisa como **catorze mil, cento e quarenta e oito euros (14.148,00€)**, correspondentes a 12 meses e tendo por base o recebido em 2018 neste âmbito (643.090,89€/utentes, ISS,IP/ARSC + 2,2%).

Já em relação aos utentes, a **atualização dos níveis de comparticipação**, por regra, não **ultrapassou os níveis da Inflação**, concluindo-se pois que, são cada vez mais insuficiente as receitas geradas no âmbito desta atividade, face aos aumentos dos encargos.

No campo dos recursos humanos, e tendo em consideração que a atividade desenvolvida é intensiva, na medida em que implica a prestação de serviços de forma permanente em grande parte das respostas sociais, **os custos associados a trabalho em dia feriado, ou em regime de turnos, quando existe, sem esquecer a atualização do SMN e as reclassificações decorrentes do Acordo Coletivo das Misericórdias, são aspetos incontornáveis e inevitáveis**, o que aumenta o esforço da Instituição.

Na atualidade, os custos com o funcionamento das respostas sociais, em termos nacionais, tem um contributo da cooperação com o Estado **que oscila entre 30% a 38%**, claramente insuficiente face aos parcos rendimentos dos cidadãos apoiados, com especial incidência no interior do país.

Em relação ao exercício de 2018, a Misericórdia registou um total de receitas de dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis euros e trinta e três cêntimos (2.954.266,33€), crescendo em relação ao valor inscrito em Orçamento mais 9,62%, ou seja, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e dois euros e trinta e três cêntimos (259.232,33€).

Relativamente aos gastos verificados no exercício, estes atingiram o montante de dois milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos (2.853.556,66€), o que representou mais 5,89% face ao orçamentado e mais 3,47% quando comparado com o ano de 2017.

O Balanço em 31 de Dezembro refletiu um incremento de 68,27% nas Propriedades de Investimento (PI) que passou a ter um valor de três milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e seis euros e dez cêntimos (3.689.406,10€), com a reavaliação da propriedade conhecida por Quinta dos Bons Dias, assim como a inclusão de um imóvel em S. Martinho da Cortiça e de um outro sítio na Freguesia de Alfarreirede, concelho de Abrantes.

O total do Ativo da Instituição passou a ser de sete milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos (7.755.685,39€), o que representou um crescimento de mais 25%, enquanto o passivo totalizou dois milhões e trinta e dois mil, oitocentos e

quarenta e dois euros e vinte e dois cêntimos (2.032.842,22€), representando uma redução de 1,65% face a período homólogo.

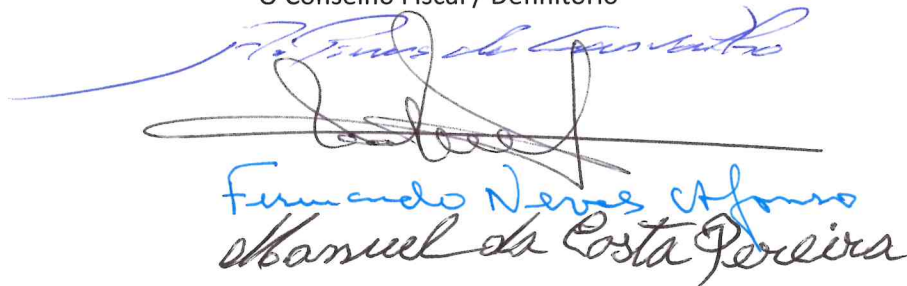
Quanto ao resultado do exercício este foi positivo em cem mil, setecentos e nove euros e sessenta e sete cêntimos (100.709,67€).

O Conselho Fiscal | Definitório concluiu que a Mesa Administrativa executou as linhas gerais que se propôs concretizar para a Misericórdia, numa lógica cuidada de gestão dos seus recursos, sem descuidar a sua componente social e com a convicção de defesa do seu património e das decisões da Assembleia Geral.

Deste modo, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, propondo ainda, um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido, quer à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e quer aos colaboradores que se empenharam nos resultados obtidos e na preparação da documentação de suporte.**

Arganil, 12 de Março de 2019

O Conselho Fiscal / Definitório



Handwritten signatures in blue ink, including the names Fernando Neves Afonso and Manuel da Costa Pereira.